

TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil

31 de dezembro de 2024

REA 174/2025

Índice

Balancos Patrimoniais	2
Demonstrações do Resultado do Exercício	3
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	4
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	6



Ativo	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		3.112.725	15.041.291
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.305	4.043
Aplicações financeiras	5	2.467.166	8.904.973
Tributos a recuperar	6	637.683	266.923
Despesas antecipadas		387	366
Partes relacionadas	7	184	5.864.986
Não Circulante		23.988.954	12.186.676
Realizável a longo prazo		23.123.347	11.256.539
Partes relacionadas	7	17.123.347	11.256.539
Outros investimentos	8	6.000.000	-
Imobilizado	9	865.607	930.137
Total do Ativo		27.101.679	27.227.967
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		340.207	498.776
Contas a pagar		93	-
Obrigações sociais e tributárias	10	16.542	40.934
Outras contas a pagar	11	323.572	457.842
Não Circulante		741.288	927.036
Outras contas a pagar	11	741.288	927.036
Patrimônio Líquido	12	26.020.184	25.802.155
Capital social		20.695.148	20.695.148
Reserva legal		587.331	511.762
Reserva de lucros		4.737.705	4.595.245
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		27.101.679	27.227.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstrações do Resultado do Exercício
31 de dezembro de 2024
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas Operacionais	13	(1.377.848)	(936.152)
Despesas tributárias		(141.937)	(173.795)
Despesas gerais e administrativas		(1.235.911)	(762.357)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		(1.377.848)	(936.152)
Resultado Financeiro	14	2.979.799	3.677.662
Receitas financeiras		2.980.736	3.678.538
Despesas Financeiras		(937)	(876)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		1.601.951	2.741.510
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	(90.573)	(386.687)
Imposto de Renda		(61.940)	(279.564)
Contribuição Social		(28.633)	(107.123)
Resultado do Exercício		1.511.378	2.354.823
<u>Resultado por Ação:</u>			
Resultado básico por Ação		R\$ 0,0730	R\$ 0,1138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
31 de dezembro de 2024
(Em reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.695.148	394.021	3.909.417	-	24.998.586
Lucro do exercício	-	-	-	2.354.823	2.354.823
Constituição de reserva de lucros	-	117.741	2.237.082	(2.354.823)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.551.254)	-	(1.551.254)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.695.148	511.762	4.595.245	-	25.802.155
Lucro do exercício	-	-	-	1.511.378	1.511.378
Constituição de reserva de lucros	-	75.569	1.435.809	(1.511.378)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.293.349)	-	(1.293.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.695.148	587.331	4.737.705	-	26.020.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro ou prejuízo do exercício	1.511.378	2.354.823
Ajustes		
Depreciação e amortização	64.530	64.530
Lucro ou prejuízo do exercício ajustado	1.575.908	2.419.353
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras	6.437.807	(1.205.882)
Tributos a recuperar	(370.760)	34.441
Despesas antecipadas	(21)	5
Adiantamentos e outros créditos	-	165
Contas a pagar	93	-
Obrigações sociais e tributárias	(24.392)	(75.880)
Outras contas a pagar	(320.018)	(28.551)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.298.617	1.143.651
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de outros investimentos	(6.000.000)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(6.000.000)	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Débitos/créditos com partes relacionadas	(2.006)	408.793
Juros Sobre capital próprio	(1.293.349)	(1.551.254)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(1.295.355)	(1.142.461)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	3.262	1.190
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.043	2.853
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	7.305	4.043
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	3.262	1.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Terra Nossa Participações S.A., Companhia constituída sob a forma de sociedade de ações de capital fechado, inscrita no CNPJ nº 03.278.434/0001-46, com sede na cidade de Curitiba, Paraná.

A Companhia iniciou suas operações em 24 de setembro de 2014, opera como Holding de investimentos do Grupo Sorrento e atualmente possui os seguintes objetos sociais:

I - Holdings de instituições não-financeiras – ou seja, pode atuar no investimento e participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades ou empreendimentos, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária;

II - Compra e venda de imóveis próprios

III - Aluguel e administração de bens móveis e imóveis

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.14.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos do *IFRS* e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos *IFRS's* não está disponível no Brasil.



2.1. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024:

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia:

Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas – Alterações ao CPC 26; e	A classificação de certos passivos como circulantes ou não circulantes pode mudar e, além disso, as empresas podem precisar fornecer novas divulgações para passivos sujeitos a <i>covenants</i> .
Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26	<p>Antes da alteração a Empresa que possuía uma dívida deveria ter um direito seja incondicional de adiar a liquidação por pelo menos 12 meses após a data do relatório. Com a alteração foi removido o requisito de que um direito seja incondicional e, em vez disso, agora exige que um direito de adiar a liquidação exista na data do relatório e tenha substância.</p> <p>Outra alteração é relativa aos passivos não circulantes que estão sujeitos a <i>covenants</i> futuros, as empresas agora precisarão divulgar informações para ajudar os usuários a entender o risco de que esses passivos possam se tornar reembolsáveis dentro de 12 meses após a data do relatório.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas demonstrações contábeis.</p>
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06	<p>A alteração do CPC 6 Arrendamentos encerrou as transações de <i>sale-and-leaseback</i> como uma proposta de financiamento <i>off-balance sheet</i>. No entanto, não encerrou os debates sobre a contabilidade de <i>sale-and-leaseback</i>.</p> <p>Os negócios em si são frequentemente altamente estruturados e podem ser materiais, especialmente para vendedores-arrendatários, e a contabilidade deles pode ser complexa. Avaliar se uma transação se qualifica para contabilidade de venda e <i>leaseback</i> sob o CPC 06 é um julgamento fundamental. Calcular o lucro ou prejuízo na venda também nem sempre é intuitivo.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas demonstrações contábeis.</p>
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03 e CPC 40	O IANBa alterou o CPC 3 Demonstração dos Fluxos de Caixa e o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações introduzem requisitos de divulgação adicionais para empresas que celebram esses acordos. No entanto, elas não abordam a classificação e a apresentação dos passivos e fluxos de caixa relacionados.



Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
	<p>As alterações prevalecem para operações onde um provedor de financiamento paga valores que o comprador deve aos seus fornecedores. Também quando uma empresa concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos na mesma data ou em uma data posterior à data em que seus fornecedores são pagos. E por fim, quando a empresa recebe prazos de pagamento estendidos ou os fornecedores se beneficiam de prazos de pagamento antecipados, em comparação com a data de vencimento do pagamento da fatura relacionada. As alterações não se aplicam a acordos de financiamento de contas a receber ou estoque.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas demonstrações contábeis.</p>

A Companhia não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas mudanças nas normas existentes, desta forma, não houve alteração de estimativa ou política advinda destas na preparação destas demonstrações contábeis.

b) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período após em 31 de dezembro de 2024

A seguir apresentamos a lista das alterações recentes que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia, as quais deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2025 e que estão disponíveis para adoção antecipada em IFRS (mas não para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil), em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025.

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)	<p>O IASB alterou a IAS 21, equivalente ao CPC 02, para esclarecer quando uma moeda é trocável por outra moeda e como uma empresa estima uma taxa à vista quando uma moeda não tem capacidade de troca.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Empresa.</p>
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48 e CPC 40	<p>O IASB alterou o IFRS 9 <i>Financial Instruments</i>, equivalente ao CPC 48, nos requisitos de classificação e mensuração. As alterações incluem orientação sobre a classificação de ativos financeiros, incluindo aqueles com características contingentes.</p> <p>O IASB também alterou o IFRS 7 <i>Financial Instruments: Disclosures</i>, equivalente ao CPC 40. As empresas agora serão obrigadas a fornecer divulgações adicionais sobre ativos financeiros e passivos financeiros</p>



Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
		que tenham certas características contingentes. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Empresa.
1º de janeiro de 2026	<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards</i> – Volume 11.	As alterações do IASB eliminam o conflito entre o CPC 48 e CPC 47, mais precisamente em como um arrendatário contabiliza o desreconhecimento de um passivo de arrendamento de acordo com o parágrafo 23 do CPC 48 e sobre a mensuração inicial de contas a receber comerciais; e sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado constante no CPC 47. As alterações incluem também a orientação sobre o desreconhecimento de passivos de arrendamento, como consequência da nova mensuração segundo o CPC 48. A alteração no desreconhecimento de passivos de arrendamento se aplica somente aos passivos de arrendamento extintos no início do período de relatório anual em que a alteração é aplicada pela primeira vez. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Empresa.
1º de janeiro de 2027	IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	As subsidiárias de empresas que usam as Normas Contábeis IFRS podem reduzir substancialmente suas divulgações e se concentrar mais nas necessidades dos usuários após o lançamento da IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, do IASB. Ainda não há pronunciamento técnico equivalente no Brasil. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Empresa devido a Administração ter a intenção de divulgar a completude das normas, não apresentando nenhuma redução de divulgações das que julga relevante e úteis aos usuários.
Disponível para adoção opcional/data efetiva diferida por tempo indeterminado	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na CPC 36 e na CPC 18)	Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Empresa.

A Companhia não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas futuras mudanças nas normas, desta forma, não identifica antecipadamente impactos relevantes



nas estimativas ou políticas advinda destas alterações na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos na demonstração contábil da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que a é moeda funcional da Companhia.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1. CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Empresa são classificados sob as seguintes categorias:

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado;**
- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;**
- **Mensurados ao custo amortizado.**

a) Ativos Financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Empresa e suas controladas, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras nesta classificação, conforme nota explicativa nº 4 e 5.



b) Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía outras contas a receber e partes relacionadas nesta classificação, conforme nota explicativa nº 7.

c) Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. São registrados no passivo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contas a pagar e outras contas a pagar nessa classificação, conforme nota explicativa nº 11.

2.3.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido significativamente todos os riscos e os benefícios do recurso controlado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seu resultado financeiro no período em que ocorrem.



2.3.3. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4. IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.



Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificativo risco de mudança.

2.5. INVESTIMENTOS

Eventuais investimentos da Companhia em coligadas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme NBC TG 18, para fins de demonstrações contábeis da Controladora. A Companhia não possuía saldos de investimentos nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

2.6. IMOBILIZADO

O imobilizado compreende principalmente terrenos, instalações, veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e está apresentada na nota explicativa nº 9.

A Companhia optou por não fazer refletir o custo atribuído na data da sua adoção inicial.



Os valores residuais e a vida útil dos ativos não são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações, quando ocorrerem são determinados pela comparação dos resultados como o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Despesas", na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil, como segue:

<u>Grupo de Ativos</u>	<u>Anos</u>
Edificações	25
Móveis e utensílios	10

A Companhia não está depreciando os seus itens de acordo com as normas ditadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, tendo em vista que o seu impacto seria irrelevante para estas demonstrações contábeis.

2.7. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Para fins do teste do valor recuperável, os ativos são analisados em relação à UGC ao qual ele está relacionado. Eventuais ativos que tenham vida útil indefinida, como por exemplo o ágio, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente apenas para a verificação de *impairment*.

2.8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.



O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.9. CONTAS A PAGAR

Contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.



2.10. PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11. PARTES RELACIONADAS

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado, cujas operações estão divulgadas na nota explicativa nº 7.

2.12. RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especificações de cada tipo de receita.

a) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos, respeitando o regime de competência.

2.13. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é apenas destacado dentro do patrimônio líquido e somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.



2.14. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir.

a) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação e sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis;

Passivos contingentes - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que: (i) a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e (ii) quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Empresa é optante para o exercício de 2024 pela tributação sobre o lucro com base no sistema de Real trimestral e à tributação do PIS e COFINS segue a modalidade não cumulativa.

Estes tributos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 60.000 por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.



3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

3.2. FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota explicativa.

3.3. RISCO DE MERCADO

a) Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Os valores mantidos junto em aplicações financeiras são diariamente monitorados em relação à sua possibilidade de redução significativa de valor, visando sempre a alocação e a segurança financeira de



modo que a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais de curto e médio prazo. Se necessário, mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não tenha risco de liquidez.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é aplicado. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem a valores em caixa e bancos conta movimento, que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus. Apresentam a seguinte composição:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Caixas	626	1.067
Banco conta movimento	6.679	2.976
Total	<u>7.305</u>	<u>4.043</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Incluem ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, conforme abaixo:

a) Classificação por natureza e categoria

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Mantidas até o vencimento		
Certificados de depósitos bancários	2.467.166	8.904.973



Total	2.467.166	8.904.973
--------------	------------------	------------------

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia servem para garantir operações financeiras realizadas pela parte relacionadas La Violetera. Devido ao fato de oferecer valores com liquidez total, tais empréstimos foram realizados à La Violetera benéfica para ambas as partes.

b) Valor justo

O valor justo das cotas de fundos de investimento é determinado com base no valor da cota divulgada pelo respectivo administrador.

Para as operações compromissadas e investimentos em letras financeiras com taxas prefixadas, o valor justo é apurado através do fluxo de caixa descontado com base em taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.

Para as operações compromissadas e investimentos em letras financeiras pós-fixadas, os valores contábeis são considerados equivalentes ao seu valor justo.

O valor justo dos títulos públicos federais é determinado com base nos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA ou, na ausência destes, por preços obtidos através de técnicas de avaliação que melhor reflitam seu valor de venda.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Compreendem valores de imposto de renda saldo negativo, imposto de renda retido sob as operações de aplicação financeira, PIS e COFINS, os quais foram recolhidos e serão compensados durante os períodos seguintes por meio da declaração de compensação PER/DCOMP. O saldo de crédito para 31 de dezembro de 2024 é R\$ 637.683 (R\$ 266.923 em 31 de dezembro de 2023).

7. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas são relativas a contratos de mútuo, concedidos a partes relacionadas que possuem vínculo direto com os acionistas da Companhia. Abaixo a situação atual das operações com partes relacionadas nas datas de apresentação destas demonstrações contábeis:

31.12.2024

31.12.2023



Teich Construtora	184	-
Importadora de Frutas La Violetera (i)	17.123.347	17.121.525
Total	17.123.531	17.121.525
Circulante	184	5.864.986
Não circulante	17.123.347	11.256.539

(i) As transações referem-se a saldos em aberto de contratos de mútuos no montante principal de R\$ 19.000.000, dos quais foram concedidos R\$ 18.019.700 em 2020 e o restante em 2021, com recebimentos inicialmente programados no prazo de 48 meses, com carência conferida de pagamento de principal mais juros até setembro de 2021, sendo o primeiro vencimento para o mês de outubro de 2021, recebida nesta mesma data.

Em 2024, as partes firmaram o Quarto Aditivo Contratual, concedendo a La Violetera uma carência ao pagamento do principal por mais 14 (quatorze) meses, onde a segunda parcela de amortização do principal deverá ser paga até 20 de março de 2026 e a última em 20 de janeiro de 2030, remunerados a taxa DI B3 *pro rata die*, acrescidos de 2% de juros ao mês. Nestas demonstrações contábeis, o saldo a receber do contrato principal mais juros incorridos é de R\$ R\$ 17.123.347.

8. OUTROS INVESTIMENTOS

A Companhia reconhece como outros investimentos os aportes realizados em investidas, via aquisição de ações preferenciais na SPE CWB06 Bosque dos Pinheiros Empreendimentos Imobiliários S/A. Estes ativos são mantidos para obtenção de valorização do capital investido e em 31 de dezembro de 2024 são representados pela monta de R\$ 6.000.000 (sem saldo nas cifras comparativas).

Tais operações não apresentam intenção direta de uso ou alienação na data de reporte e estão avaliadas a custo de aquisição. Os dividendos oriundos destes investimentos são reconhecidos à medida da destinação de resultados das investidas e incorporados diretamente na demonstração do resultado, quando incorridos.

9. IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

			31.12.2024	31.12.2023
	Taxa	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	4%	1.189.338	(373.699)	815.639
				863.350



Móveis e utensílios	10%	168.200	(118.232)	49.968	66.787
Total		1.357.538	(491.931)	865.607	930.137

b) Movimentação do imobilizado

	<u>31.12.2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>31.12.2023</u>
Custo	1.357.538	-	-	-	1.357.538
Edificações	1.189.338	-	-	-	1.189.338
Móveis e utensílios	168.200	-	-	-	168.200
Depreciação	(491.931)	(64.530)	-	-	(427.401)
Edificações	(373.699)	(47.711)	-	-	(325.988)
Móveis e utensílios	(118.232)	(16.819)	-	-	(101.413)
Saldo líquido	865.607	(64.530)	-	-	930.137

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

Compreende a composição das obrigações sociais e tributárias os impostos, tributos e encargos sociais pertinentes à folha de pagamento, conforme apresentada a seguir:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
PIS a recolher	1.482	1.798
COFINS a recolher	9.122	11.063
IRF sobre serviços pessoa jurídica a recolher	1.402	14
IRF juros sobre capital próprio a recolher	-	27.523
ISS a recolher	-	115
INSS seguridade social	-	270
Contribuições Sociais a recolher	4.536	151
Total	16.542	40.934

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição de outras contas a pagar está demonstrada a seguir:

<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
-------------------	-------------------



TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2024
(Em reais)

Participações de lucros e resultados (i)	323.572	457.842
Juros sobre capital próprio a pagar (ii)	741.288	927.036
Total	1.064.860	1.384.878
Circulante	323.572	457.842
Não circulante	741.288	927.036



- (i) Os valores são referentes a apropriação de despesas correlacionadas ao saldo a pagar de Participações dos Lucros do exercício aos profissionais pessoas jurídicas, conforme determinações dos contratos de prestações de serviços.
- (ii) Os valores de Juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas da Companhia são calculados com base nos limites legais orientados pela Receita Federal do Brasil.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, baseado no estatuto social e na terceira assembleia geral extraordinária é de R\$ 20.695.148, totalmente subscrito e integralizado, representado por 6.898.352 de ações ordinárias com direito a voto e 13.796.766 ações preferenciais.

	Cristina Demeterco Raad	Isabel Demeterco Raad Carneiro	Gabriel Raad	Total
Ações ordinárias A	-	15	15	30
Ações ordinárias B	-	5.173.781	5.173.781	10.347.562
Ações preferenciais	6.898.382	1.724.587	1.724.587	10.347.556
Total de ações	6.898.382	6.898.383	6.898.383	20.695.148
Participação %	33,33%	33,33%	33,33%	100,00%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o disposto na legislação societária. A critério da Companhia, a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto da Companhia, os dividendos e os juros sobre capital próprio poderão ser pagos conforme determinado em comum acordo entre os Acionistas a depender da estratégia de fluxo de caixa e outros aspectos decisórios da Companhia,



respeitando sempre o pagamento de forma proporcional ao percentual de participação de cada um deles.

Em conformidade com a Lei no. 9.249/95 a Administração pode optar por fazer distribuições de juros sobre o capital próprio a seus Acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo se aplicável.

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas apresentam a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Impostos e taxas	141.937	173.795
Prestação de serviço de terceiros	1.132.994	636.047
Manutenção de bens móveis e imóveis	36.658	59.599
Despesas com seguros	1.698	1.609
Despesa com depreciação	64.530	64.530
Despesas gerais	31	572
Total	1.377.848	936.152

14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Rendimentos de aplicações financeiras	656.650	1.029.212
Outras receitas financeiras	37.501	25.181
Juros ativos	2.286.585	2.624.145
Receitas financeiras	2.980.736	3.678.538
Despesas bancárias	(937)	(876)
Despesas financeiras	(937)	(876)
Resultado financeiro	2.979.799	3.677.662



15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social apresenta a seguinte composição:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.601.951	2.741.510
(+) Adições	-	-
(-) Exclusões	(1.293.349)	(1.551.255)
Juros sobre capital próprio	(1.293.349)	(1.551.255)
Compensação de prejuízo 4º Trimestre	9.540	-
(=) Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social	318.142	1.190.255
(%) IRPJ Alíquota 15%	47.721	178.538
(%) IRPJ Adicional 10%	14.219	101.026
(%) CSLL Adicional 9%	28.633	107.123
(=) Total de despesas com IRPJ e CSLL do período	<u>90.573</u>	<u>386.687</u>

16. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o total da remuneração do pessoal chave da administração foi como segue:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Clifton Jacques Renck	867.109	488.919
Total	<u>867.109</u>	<u>488.919</u>

* * * * *